



A importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) e sua aplicação no contexto do ensino de Geografia para estudantes com baixa visão no Ensino Médio

The importance of the Individualized Educational Plan (IEP) and its application in the context of Geography teaching for High School students with low vision

La importancia del Plan Educativo Individualizado (PEI) y su aplicación en el contexto de la enseñanza de Geografía para estudiantes con baja visión en la Educación Media

Mariana Gomes Silva Reis

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.
mariana.gomes@discente.ufma.br / <http://orcid.org/0009-0003-8774-9793>.

Giovanna Gabryelle de Sousa Araújo

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.
giovanna.araujo@discente.ufma.br / <http://orcid.org/0009-0009-9083-946X>.

Amanda Salles de Escobar Gonçalves Acruchi

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão – PPGGEO/UFMA.

amanda.salles@discente.ufma.br / <http://orcid.org/0000-0003-3575-1683>.

Ronaldo Barros Sodré

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO/UFMA.

ronaldo.sodre@ufma.br / <http://orcid.org/0000-0002-4643-2103>.

Recebido: 31/10/2025; Aceito: 15/11/2025; Publicado: 13/12/2025.

Resumo

A baixa visão, ou visão subnormal, é um tipo de deficiência visual que se caracteriza como a redução parcial da visão, podendo se apresentar de maneiras diferentes. Dessa forma, representa um desafio para o ensino da Geografia, tornando necessária a existência de metodologias e práticas pedagógicas que possibilitem uma melhor compreensão das temáticas geográficas e que respeitem a individualidade de cada aluno, de acordo com suas habilidades e limitações. Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) se torna uma ferramenta importante para facilitar a aprendizagem e a inclusão de alunos com diversos tipos de condições e deficiências, incluindo alunos com baixa visão, sendo realizado de forma conjunta por diversos profissionais de uma escola e a família, baseados na idade, série escolar, competências prévias e grau de desenvolvimento desse aluno. Assim, o trabalho analisa suas características e potencialidades a fim de demonstrar sua relevância para um ensino inclusivo de alunos com visão subnormal na disciplina de Geografia. A metodologia adotada é de caráter qualitativo, com fundamentação teórica acerca dos assuntos

abordados, como propostas pedagógicas para a inclusão no ensino de Geografia e a relevância do PEI. Como resultado, torna-se clara a importância e a necessidade da elaboração do PEI de forma colaborativa, bem como sua aplicação nas escolas, com o intuito de integrar alunos de baixa visão nos processos de aprendizagem e auxiliar sua integração na sociedade, o tornando um instrumento essencial para a educação geográfica brasileira, contribuindo para um ensino de qualidade e inclusivo para todos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Ensino Geográfico; PEI; Baixa Visão.

Abstract

Low vision, or subnormal vision, is a type of visual impairment characterized by a partial reduction in vision, which can manifest in different ways. Therefore, it represents a challenge for the teaching of Geography, making it necessary to have methodologies and pedagogical practices that allow for a better understanding of geographical themes and that respect the individuality of each student, according to their abilities and limitations. In this context, the Individualized Education Plan (PEI) becomes an important tool to facilitate the learning and inclusion of students with various types of conditions and disabilities, including students with low vision. It is developed jointly by various professionals from a school and the family, based on the student's age, grade level, prior skills, and developmental level. Thus, this work analyzes its characteristics and potential in order to demonstrate its relevance for inclusive education of students with low vision in the subject of Geography. The methodology adopted is qualitative, with a theoretical foundation regarding the topics covered, such as pedagogical proposals for inclusion in Geography teaching and the relevance of the Individualized Education Plan (PEI). As a result, the importance and necessity of developing the PEI collaboratively, as well as its application in schools, becomes clear, with the aim of integrating low-vision students into learning processes and assisting their integration into society, making it an essential instrument for Brazilian geographical education, contributing to quality and inclusive education for all.

Keywords: Inclusive Education; Geographic Teaching; PEI; Low Vision.

Resumen

La baja visión, o visión subnormal, es un tipo de discapacidad visual caracterizada por una reducción parcial de la visión, que puede manifestarse de diferentes maneras. De este modo, representa un desafío para la enseñanza de la Geografía, haciendo necesaria la adopción de metodologías y prácticas pedagógicas que posibiliten una mejor comprensión de las temáticas geográficas y que respeten la individualidad de cada estudiante, de acuerdo con sus habilidades y limitaciones. En este contexto, el Plan Educativo Individualizado (PEI) se convierte en una herramienta importante para facilitar el aprendizaje y la inclusión de estudiantes con diversos tipos de condiciones y discapacidades, incluyendo aquellos con baja visión. Su elaboración es realizada de manera conjunta por varios profesionales de la escuela y la familia, con base en la edad, el nivel escolar, las competencias previas y el grado de desarrollo del estudiante. Así, el trabajo analiza sus características y potencialidades con el fin de demostrar su relevancia para una enseñanza inclusiva de alumnos con visión subnormal en la disciplina de Geografía. La metodología adoptada es de carácter cualitativo, con fundamentación teórica sobre los temas abordados, tales como propuestas pedagógicas para la inclusión en la enseñanza de la Geografía y la importancia del PEI. Como resultado, se evidencia la importancia y la necesidad de elaborar el PEI de manera colaborativa, así como su aplicación en las escuelas, con el propósito de integrar a los estudiantes con baja visión en los procesos de aprendizaje y apoyar su integración en la sociedad. De este modo, se convierte en un instrumento esencial para la educación geográfica brasileña, contribuyendo a una enseñanza de calidad e inclusiva para todos.

Palabras clave: Educación Inclusiva; Enseñanza de la Geografía; PEI; Baja Visión.

Introdução

O Ensino Médio é um período da vida escolar em que se adquirem inúmeros conhecimentos essenciais no que diz respeito ao futuro profissional dos estudantes, além de ser muito importante no desenvolvimento do pensamento crítico.

Em vista disso, dentre os milhões de estudantes brasileiros matriculados no Ensino Médio, é necessário compreender os desafios e possibilidades relacionadas à educação de pessoas com deficiência, visto que também fazem parte do quadro de estudantes e necessitam de atendimento especial em relação ao ensino.

Alunos com baixa visão, por exemplo, constituem uma parcela dos estudantes com deficiência que, comumente, não possuem um acompanhamento adequado no contexto escolar, visto que é uma condição com muitas variações e, conseqüentemente, necessita de metodologias e práticas variáveis, baseadas nas necessidades desse aluno.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar aspectos da baixa visão e como o ensino de Geografia no Ensino Médio pode ser inclusivo para essa população, por meio da utilização de um Plano Educacional Individualizado (PEI), um planejamento escolar voltado para atender às particularidades de cada aluno com algum tipo de deficiência, visando um ensino inclusivo.

O PEI integra uma série de conhecimentos, metodologias e práticas que unem o conhecimento escolar com as necessidades dos alunos com baixa visão, permitindo a integração por meio da adaptação. Como abordado por Vygotsky (1984), o ensino deve ocorrer em um espaço de relações sociais, devendo ser realizado em conjunto, com todos os alunos em sala de aula, sempre que possível.

No Brasil, apesar do PEI ter sua criação e aplicação incentivadas para qualquer aluno com deficiência, há apenas alguns dispositivos de lei municipais e estaduais tornando-o obrigatório, como no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Embora não seja exigido em todas as escolas brasileiras, sua importância permanece de igual natureza.

Dessa maneira, como metodologia, foi realizada uma revisão de literatura, analisando, sobretudo, artigos em revistas das plataformas SciELO e Google Acadêmico, sendo os principais termos de busca: baixa visão, educação inclusiva e plano educacional individualizado. Dessa maneira, buscou-se analisar as questões sobre o desempenho e desenvolvimento acadêmico de alunos com baixa visão tanto no contexto geral quanto na educação geográfica.

Além disso, a pesquisa também se apoiou no método qualitativo de pesquisa, em que a busca de uma compreensão detalhada e complexa dos fenômenos analisados é

essencial para compreender outras especificidades do fenômeno estudado (Lima; Moreira, 2015).

A Educação Inclusiva para aqueles com baixa visão

O Brasil é um país com mais de 212 milhões de pessoas, dos quais 14,4 milhões de pessoas (7,3% da população) possuem algum tipo de deficiência, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Este representa um número bastante expressivo e, conseqüentemente, urge a necessidade de ações e políticas públicas voltadas a essa parcela da sociedade.

Dentre as demandas necessárias a esses indivíduos está o direito à educação de qualidade, aliada, principalmente, ao oferecimento de condições de permanência, visto que, em 2022, 2,9 milhões de pessoas com deficiência com 15 anos ou mais são analfabetas. Além disso, 63,1% das pessoas com deficiência de 25 anos ou mais não possuem nenhuma instrução ou estão com o ensino fundamental incompleto, e somente 7,4% concluíram o ensino superior (IBGE, 2022).

Tal cenário pode ser explicado ao analisarmos como a pessoa com deficiência foi e, muitas vezes, continua a ser vista pela sociedade como um sinônimo de invalidez, devido à ausência da compreensão da educabilidade de todos os seres humanos, em diferentes níveis, independente de condições físicas e mentais.

Dessa forma, o surgimento de concepções relacionadas a uma educação especial foi essencial para a inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar, auxiliando também em sua inclusão como cidadão de direitos. Para Manjon e Vidal (1997), é necessário fazer uma distinção entre as deficiências, assim, possibilitando uma educação voltada a suas necessidades específicas.

Nesse sentido, segundo o IBGE (2022), no país há mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo um pouco mais de 500 mil cegos e 6 milhões com baixa visão. Torna-se, assim, necessária a existência de políticas que garantam os direitos dessa população.

De acordo com Gasparetto (2001), uma pessoa com baixa visão é aquela que possui algum tipo de deficiência na capacidade visual, com comprometimento na acuidade visual, percepção da luminosidade e no campo visual.

Apesar de gerar certos graus de dificuldade na execução de tarefas, a baixa visão não representa uma limitação severa. Esses indivíduos têm a capacidade visual

remanescente para realizar atividades diversas, com ou sem o auxílio de dispositivos e tecnologias para tal (Santos, 2024).

Sua definição alterou-se diversas vezes ao longo da história, muitas vezes integrando a mesma categoria que os cegos, apesar das diferenças (Amiralian, 2004), visto que o cego possui uma perda total ou muito severa da visão.

A visão subnormal, outra denominação da baixa visão, é uma variável de difícil controle por conta de sua diversidade, como os diferentes graus de acuidade visual, que corresponde à capacidade de ver com nitidez, e à idade na qual se iniciou a perda visual. Apesar disso, todas essas diferenciações ainda configuram baixa visão.

Essa condição causa uma série de dificuldades para o indivíduo, principalmente ao se ter desde o início da vida, quando se percebe uma série de implicações no desenvolvimento psicomotor, cognitivo e no desenvolvimento de habilidades sociais.

Esse cenário irá ocorrer, principalmente, se não houver um acompanhamento correto e a adaptação de atividades e ambientes escolares, por ser na fase escolar que o indivíduo adquire inúmeras habilidades, não somente relacionadas ao ensino e à aprendizagem de conteúdos, mas também desenvolve habilidades físicas e sociais.

Com o surgimento das preocupações acerca do ensino de pessoas com deficiência visual, tornou-se evidente que o foco era, sobretudo, na população cega, que é distinta daqueles com baixa visão, que enxergam em inúmeros níveis e, dessa forma, necessitam de técnicas e acompanhamentos diferenciados.

Compreender o que é a baixa visão e as particularidades de cada aluno com esta condição é fundamental para a construção de uma educação inclusiva. Assim, ao entender o nível de acuidade visual do estudante, é possível trazer metodologias, atividades, avaliações e outros recursos que possibilitem o aprendizado.

A noção do espaço, movimentação, coordenação motora, a concepção de objetos e do entorno por meio de todos os sentidos, desenvolvimento da comunicação e a escrita são tarefas essenciais para fomentar o crescimento dos estudantes e auxiliar na execução das atividades.

Todavia, para haver uma educação satisfatória, deve haver um acompanhamento médico adequado, assim como um bom suporte familiar, permitindo que a pessoa com baixa visão entenda o máximo possível das próprias características e limitações, colaborando para melhorar o ambiente escolar.

Conforme Amiralian et al. (2002), muitos jovens com visão subnormal não possuem um amplo entendimento de suas capacidades visuais devido à ausência de

acompanhamento médico. Dessa forma, também prejudica a forma como os pais, os professores e a sociedade veem e lidam com a condição, de modo que, muitas vezes, dependendo de suas particularidades, o indivíduo é lido como cego ou como alguém com uma excelente capacidade visual, afetando em seu desenvolvimento.

Algumas dessas pessoas podem ter uma grande autonomia no que diz respeito à locomoção e realização de tarefas, já outras sentem mais dificuldades e necessitam da utilização de auxílios tanto ópticos, como lupas, quanto não ópticos, como iluminação e ampliação, assim como podem recorrer a materiais táteis, visuais e auditivos (Laplane; Batista, 2008).

Conforme discutido por Rabello et al. (2007), existem diversas tecnologias que possibilitam a autonomia, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência visual. São elas a utilização de computadores e tecnologias assistivas eficazes que incentivam a independência e o desenvolvimento de inúmeras habilidades essenciais para qualquer ser humano.

É possível realizar uma série de atividades e metodologias utilizando o tato (construção de modelos, dinâmicas sensoriais, manejo de texturas e outros objetos). Também pode-se usar a audição (músicas, jogos e práticas de reconhecimento através desse sentido). Além disso, é de suma importância não desconsiderar os resíduos visuais desse aluno.

Os outros sentidos, além da visão, tem o poder de produzir um conhecimento rico, diversificado e proveitoso, não só para os alunos com baixa visão, mas para toda a turma, auxiliando na dinamização do ambiente escolar e do processo de ensino e aprendizagem.

A baixa visão como um propiciador de possibilidades para o ensino de Geografia

Entender o papel da visão no processo de ensino e aprendizagem é fundamental para assimilar, também, as dificuldades de acesso físico e informacional desses indivíduos, possibilitando, assim, compreender suas necessidades e obter novas maneiras de proporcioná-los o sucesso educacional (Mendonça et al., 2008).

Ao trazer metodologias, estratégias e atividades que apoiam-se em outros sentidos além da visão, há uma adaptação escolar, que vai envolver todo o corpo docente e demais funcionários. Como ressaltado por Mendonça et al. (2008), essa adaptação perpassa pela gestão e organização da escola, assim como na sala de aula por meio da elaboração de materiais adaptados para as condições do aluno.

Ao proporcionar um ambiente acolhedor, com atividades diversas, que promovam interações entre os alunos, o desempenho escolar e em outras áreas, a convivência e a confiança são estimulados e melhoram diariamente, proporcionando mudanças necessárias na vida do estudante com baixa visão (Mazzarino; Falkenbach; Rissi, 2011).

Nesse sentido, a Geografia é uma disciplina onde, nas salas de aula, utilizam-se muitos recursos visuais, como mapas, gráficos, representações, modelos, tudo que facilite a compreensão de conceitos relacionados ao entendimento social e físico do espaço. Assim, por ser uma ciência tão diversa, ela também abre margem para poder ser explicada e entendida mediante outras formas.

Além disso, baseando-se nas características da baixa visão do estudante é possível, também, adaptar a utilização tão comum de recursos visuais como *slides*, por meio da ampliação de letras e imagens, assim como o emprego de fundos e tipografias adequadas.

No contexto do Ensino Médio, a Geografia é uma área do conhecimento de grande relevância social, sendo indispensável seu entendimento para compreender o mundo e as dinâmicas que nele acontecem, bem como parte do eixo “Ciências humanas e suas tecnologias” do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o acesso mais comum para a entrada em uma universidade pública no país.

Visto a importância da ciência geográfica para um estudante, sobretudo no Ensino Médio, devem ser desenvolvidas estratégias pedagógicas assegurando a participação dos alunos com baixa visão e a tão necessária percepção e entendimento do que é o espaço geográfico da forma mais concreta e acessível possível (Silva, 2023).

Almeida e Loch (2005) trazem um exemplo de modificação em um recurso bastante utilizado na Geografia, os mapas. Tal ferramenta serve como um instrumento de representação do espaço geográfico, além de transmitir uma série de informações. Assim, é possível transformá-los em mapas táteis, ou seja, comunicar por meio de texturas e relevos que serão sentidos através do tato.

A tecnologia também demonstra ser uma grande aliada do ensino de Geografia para alunos com baixa visão, visto que possibilita a realização de tarefas diversificadas, que podem ser adaptadas visual e auditivamente, além de proporcionar novas experiências para toda a turma.

Logo, para haver um ensino de Geografia de qualidade e inclusivo aos alunos com baixa visão, é necessário que as metodologias, os recursos e a maneira na qual o conhecimento é transmitido estejam alinhados com suas particularidades e necessidades.

Deste modo, o Plano Educacional Individualizado (PEI) surge, colaborando para que o objetivo da inclusão seja alcançado.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) como uma ferramenta essencial para o ensino inclusivo

Por existirem diversos tipos de deficiências, incluindo as visuais, existem inúmeras dificuldades no desempenho escolar, conseqüentemente, necessitando da criação de recursos para diminuir ou cessar esses efeitos desfavoráveis.

À vista disso, no Brasil, há a Lei n.º 13.146 de 06 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que aborda uma série de políticas relacionadas às vivências e desafios da população deficiente do Brasil.

Em relação ao direito à educação da pessoa com deficiência brasileira, no que se refere ao Plano Educacional Especializado, há a seguinte menção:

Um planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva (Brasil, 2015, p. 2).

Nessa perspectiva, haver um planejamento, uma elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI) apresenta-se como um grande contribuidor do desenvolvimento escolar do estudante com deficiência. Ele é uma metodologia, um plano de aula baseado nas características individuais desses alunos. Feito de forma colaborativa entre toda a comunidade escolar, ele busca incluí-los no contexto de sala de aula e no tão importante ato de obtenção do conhecimento.

O PEI deve ser elaborado levando em consideração aspectos como: idade, série escolar, grau de desenvolvimento, habilidades e dificuldades, para, dessa forma, elaborar objetivos de aprendizagem adaptados para o progresso do estudante (Da Silva; Camargo, 2021).

Além de contar com as particularidades do aluno, o PEI deve estar relacionado com os conteúdos gerais passados em sala de aula, ou seja, não deve haver um enfraquecimento dos conteúdos ministrados, mas sim um ajuste, uma adaptação das temáticas para que elas também possam ser assimiladas pelo estudante com deficiência (Redig; Mascaro; Dutra, 2017).

O planejamento deve incluir uma série de informações que irão possibilitar um ensino inclusivo e adequado, dentre elas: informações pessoais do aluno; período de execução desse plano; objetivo geral do componente curricular; o conteúdo que será ministrado e qual será mais trabalhado com esse estudante; quais as estratégias e metodologias utilizadas para alcançar tais propósitos; e a forma de avaliação. Logo, o PEI se assemelha a um planejamento escolar convencional, diferenciando-se por ser destinado a alguém com deficiência.

Apesar de o principal construtor e aplicador do PEI em sala de aula ser o professor, é de grande importância que sua elaboração e aplicação sejam feitas em parceria com todo o corpo escolar, como os demais profissionais da instituição de ensino, e com a família, que são aqueles que podem trazer mais informações acerca das condições desse aluno com deficiência.

Elaborar um planejamento individualizado não é, nesse sentido, um instrumento de exclusão, de diferenciação buscando a segregação, mas sim uma forma de identificar possíveis dificuldades e, assim, responder às necessidades desses alunos, empenhando-se em, de fato, incluí-los no meio escolar.

A elaboração de um Plano Educacional Individualizado satisfatório implica a imprescindível formação dos docentes. Segundo Oliveira (2023), os professores são os pilares da educação inclusiva, de forma que uma instrução adequada possibilita práticas pedagógicas integrativas.

Régis-Aranha et al. (2017) abordam a questão da relação entre acuidade visual e desempenho escolar, onde a diminuição da capacidade visual traz desvantagens no âmbito educacional e social, evidenciando a importância do diagnóstico e suporte familiar e escolar, potencializando a aprendizagem.

A adaptação de materiais didáticos, aplicação de atividades diferenciadas, exploração de outros sentidos além da visão, uso de tecnologias assistivas e a capacitação de professores são elementos fundamentais para atender às necessidades específicas dos alunos com baixa visão, além de serem mudanças capazes de aplicação na ciência geográfica.

Dessa forma, ao ministrar a disciplina de Geografia em uma sala de aula onde há estudantes com baixa visão, as estratégias a serem adotadas para alcançar os objetivos educacionais devem ser planejadas e implementadas considerando a individualidade desse aluno, visto que uma deficiência visual pode se manifestar de distintas maneiras. Logo, o PEI surge como uma ferramenta que auxilia nesse processo inclusivo.

Considerações Finais

O ensino para alunos com deficiência no Brasil mostra-se como um desafio, pois, ao longo da história, essa foi uma população com seus direitos frequentemente negados, com muitas demandas a serem cumpridas. Todavia, é notável uma modificação positiva na maneira como o Poder Público, a sociedade e o ambiente escolar estão buscando adaptá-los, visando sua permanência no processo educativo.

Apesar de haver uma busca maior de integração dos estudantes deficientes nas escolas, incluindo aqueles com baixa visão, tal cenário ainda não é satisfatório, visto que vivenciam uma série de dificuldades sociais e de mobilidade, também compreendendo o ambiente escolar, devido à ausência de formação dos profissionais escolares e de planejamento e adaptação de práticas pedagógicas, incluindo no ensino de geografia.

Para haver um desenvolvimento social e educacional satisfatório para qualquer estudante, independente de possuir ou não alguma deficiência, é de extrema importância a inclusão destes no ambiente escolar, buscando integrá-los, sobretudo, à sociedade por meio do incentivo à interação com todos, por exemplo.

A deficiência visual não constitui um obstáculo, e sim a possibilidade de trazer novas metodologias e práticas do ensino de geografia. O conhecimento da totalidade da baixa visão do aluno é sinônimo de uma melhor assistência e, conseqüentemente, mais participação desse indivíduo nas atividades escolares.

O Plano Educacional Individualizado apresenta-se, nesse contexto atual de evolução da educação especial, como um instrumento necessário para que o ensino geográfico possa ajustar-se e adquirir novas características que permitam a inclusão dos alunos com baixa visão em seu processo de aprendizagem.

Por meio do PEI e das informações e planejamentos nele feitos, é possível desenvolver os materiais e práticas que irão auxiliar na educação do aluno com baixa visão, como: mapas texturizados, dinâmicas que se apoiam em outros sentidos, ampliação e modificação na configuração de atividades passadas para a turma geral.

Para tal, é necessário existir uma relação alinhada entre o docente de educação especial, o professor da turma, todos os profissionais da escola, a família e a parte médica oftalmológica, a fim de compreender a visão subnormal e suas limitações, tornando a educação dessa parte da população apropriada.

Por isso, incluir os alunos com deficiência em sala de aula é trazer dignidade e a garantia dos seus direitos, possibilitando sua participação nas aulas e na produção de

atividades, desenvolvendo sua autonomia e percepções. Todavia, ainda há desafios para a implementação do PEI e a garantia de uma educação verdadeiramente democrática e acessível no Brasil.

Referências

ALMEIDA, L. C. de; LOCH, R. E. N. Mapa tátil: passaporte para a inclusão. **EXTENSIO – Revista Eletrônica de Extensão**, n. 3, 2005.

AMIRALIAN, M. L. T. M. Sou Cego ou Enxergo?: as questões da baixa visão. **Educar em Revista**, n. 23, p. 15-28, 2004.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, 7 jul. 2015.

DA SILVA, G. L; CAMARGO, S. P. H. Revisão integrativa da produção científica nacional sobre o Plano Educacional Individualizado. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-23, 2021.

LAPLANE, A. L. F. de; BATISTA, C. G. Ver, não ver e aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola. **Cadernos Cedes**, v. 28, p. 209-227, 2008.

LIMA, M. do S. B; MOREIRA, É. V. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 37, p. 27-55, 2015.

MANJÓN, D. G. VIDAL, J. G. **Educación Especial** – Temario de oposiciones. Madrid: Editorial EOS, 1997. v. 2.

MAZZARINO, J. M; FALKENBACH, A; RISSI, S. Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, p. 87-102, 2011.

MENDONÇA, A. [et al.]. **Alunos cegos e com baixa visão**. Orientações curriculares. DGIDC/DSEEASE, 2008.

OLIVEIRA, R. 2023. **Educação inclusiva é assunto para todas as etapas de formação de professores**. Disponível em: <<https://porvir.org/educacao-inclusiva-e-assunto-para-todas-as-etapas-de-formacao-de-professores/>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. C.; DUTRA, F. B. S. A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa?. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 4, n. 1, ed. esp., p. 33-44, 2017.

RÉGIS-ARANHA, L. de A [et al.]. Acuidade visual e desempenho escolar de estudantes em um município na Amazônia Brasileira. **Escola Anna Nery**, v. 21, n. 2, p. e20170032, 2017.

SANTOS, S. M. A. V.; FRANQUEIRA, A. da S.; SOUSA, A. R.; MARIANI, J. V.; CHAGAS, J. da C.; FIGUEIREDO, J. dos S.; ANDRADE, M. G. de A.; RODRIGUES, R. de M. Impacto da deficiência visual no desempenho acadêmico e integração social. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 6, p. e4434, 2024. Disponível em: <<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/4434>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SILVA, V. R. J. A inclusão no ensino de geografia para alunos cegos ou com baixa visão: a legislação e a busca pelas bases teórico-metodológicas. **História, Natureza e Espaço – Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 41–56, 2023. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/niesbf/article/view/80821>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Como citar:

ABNT

REIS, M. G. S. [et al.]. A importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) e sua aplicação no contexto do ensino de Geografia para estudantes com baixa visão no Ensino Médio. **Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 11, n. 01, e22876, 2025. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e22876>>. Acesso em: 13 dez. 2025.

APA

Reis, M. G. S. [et al.]. A importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) e sua aplicação no contexto do ensino de Geografia para estudantes com baixa visão no Ensino Médio. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 11, n. 01, e22876, 2025. Recuperado em 13 dezembro, 2025, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e22876>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.

Copyright © 2025, Universidade Federal do Maranhão.

